

EDUCAÇÃO COMO LIBERDADE, EMPODERAMENTO E MOBILIDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO CASO CHINÊS E DA NARRATIVA “O SEGREDO DA CHINA ESTÁ NAS ESCOLAS”

EDUCATION AS FREEDOM, EMPOWERMENT, AND SOCIAL MOBILITY: A CRITICAL ANALYSIS OF THE CHINESE CASE AND THE NARRATIVE “CHINA’S SECRET LIES IN ITS SCHOOLS”

LA EDUCACIÓN COMO LIBERTAD, EMPODERAMIENTO Y MOVILIDAD SOCIAL: UN ANÁLISIS CRÍTICO DEL CASO CHINO Y DE LA NARRATIVA “EL SECRETO DE CHINA ESTÁ EN LAS ESCUELAS”

Cleber Ferreira Sena¹, Mário Sérgio Rosas de Sant’Anna², Simone Bernardes de Almeida³

DOI: 10.54899/dcs.v23i93.6207

Recibido: 17/07/2026 | Aceptado: 20/07/2026 | Publicación en línea: 10/08/2026.

RESUMO

O artigo analisa a educação como expansão de liberdade, agência, empoderamento e mobilidade social, tomando como ponto de partida um vídeo de circulação digital no qual estudantes são mostrados estudando em deslocamentos e espaços públicos, acompanhado da frase “O segredo da China não está nas fábricas. Está nas escolas”. A investigação é qualitativa, bibliográfica e documental. Articula a abordagem das capacidades, a pedagogia crítica e a teoria do capital humano com estudos sobre escolarização, exame nacional de ingresso no ensino superior, educação profissional e desigualdades educacionais na China. Sustenta-se que a educação amplia repertórios cognitivos, informacionais e profissionais e, por isso, pode aumentar a capacidade de reconhecer alternativas, formular projetos de vida e acessar ocupações mais qualificadas. Contudo, o caso chinês também evidencia que escolarização e esforço individual não eliminam desigualdades de origem. O registro domiciliar, as diferenças entre áreas urbanas e rurais, a distribuição territorial de recursos, o investimento familiar, a preparação extracurricular e a segmentação institucional condicionam as oportunidades. O exame nacional pode reduzir formas arbitrárias de seleção, mas não iguala os pontos de partida. A formação profissional pode converter aprendizagem em inserção produtiva, desde que não seja tratada como rota inferior destinada aos grupos socialmente vulneráveis. Conclui-se que a educação é condição central, mas não suficiente, para a liberdade substantiva: seu potencial emancipador depende de qualidade, equidade, pensamento crítico, proteção social e oportunidades reais de trabalho e participação.

Palavras-chave: Educação. Liberdade. Empoderamento. Mobilidade Social. China. Formação Profissional.

¹ Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: cleberfsena@hotmail.com

² Mestre em Pedagogia Profissional, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: mrosas@ifba.edu.br

³ Especialização em Metodologia de Ensino, Secretaria de Educação da Bahia (SEV-BA), Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: simone.bernardes89@gmail.com

ABSTRACT

This article examines education as an expansion of freedom, agency, empowerment and social mobility, starting from a widely circulated digital video in which students are shown studying while commuting and in public spaces, accompanied by the statement “China’s secret is not in its factories. It is in its schools.” The study is qualitative, bibliographic and documentary. It combines the capability approach, critical pedagogy and human-capital theory with research on schooling, the national college entrance examination, vocational education and educational inequality in China. Education expands cognitive, informational and professional repertoires and can therefore strengthen people’s ability to identify alternatives, design life projects and access more qualified occupations. However, the Chinese case also shows that schooling and individual effort do not erase inequalities of origin. Household registration, urban-rural differences, territorial distribution of resources, family investment, private tutoring and institutional stratification shape opportunities. A standardized examination may reduce arbitrary selection, but it does not equalize starting points. Vocational education can translate learning into productive inclusion, provided it is not treated as an inferior track reserved for socially vulnerable groups. The article concludes that education is central but not sufficient for substantive freedom: its emancipatory potential depends on quality, equity, critical thought, social protection and real opportunities for work and participation.

Keywords: Education. Freedom. Empowerment. Social Mobility. China. Vocational Education.

RESUMEN

El artículo analiza la educación como una forma de ampliar la libertad, la capacidad de acción, el empoderamiento y la movilidad social, tomando como punto de partida un vídeo que circula por Internet en el que se muestra a estudiantes estudiando mientras se desplazan y en espacios públicos, acompañado de la frase «El secreto de China no está en las fábricas. Está en las escuelas». La investigación es cualitativa, bibliográfica y documental. Combina el enfoque de las capacidades, la pedagogía crítica y la teoría del capital humano con estudios sobre la escolarización, el examen nacional de acceso a la educación superior, la formación profesional y las desigualdades educativas en China. Se sostiene que la educación amplía los repertorios cognitivos, informativos y profesionales y, por ello, puede aumentar la capacidad de reconocer alternativas, formular proyectos de vida y acceder a ocupaciones más calificadas. Sin embargo, el caso chino también pone de manifiesto que la escolarización y el esfuerzo individual no eliminan las desigualdades de origen. El registro de residencia, las diferencias entre las zonas urbanas y rurales, la distribución territorial de los recursos, la inversión familiar, la preparación extracurricular y la segmentación institucional condicionan las oportunidades. El examen nacional puede reducir formas arbitrarias de selección, pero no iguala los puntos de partida. La formación profesional puede convertir el aprendizaje en inserción productiva, siempre que no se trate como una vía inferior destinada a los grupos socialmente vulnerables. Se concluye que la educación es una condición fundamental, pero no suficiente, para la libertad sustantiva: su potencial emancipador depende de la calidad, la equidad, el pensamiento crítico, la protección social y las oportunidades reales de trabajo y participación.

Palabras clave: Educación. Libertad. Empoderamiento. Movilidad social. China. Formación profesional.



INTRODUÇÃO

Imagens de estudantes lendo, escrevendo ou resolvendo exercícios em motocicletas, vagões de metrô, estações e outros espaços de passagem circulam nas redes sociais como símbolos de disciplina, esforço e confiança na escolarização. No vídeo que motivou este artigo, a sequência visual é acompanhada da afirmação de que “o segredo da China não está nas fábricas, mas nas escolas”. A mensagem é poderosa porque transforma cenas individuais em uma explicação abrangente para o desenvolvimento de um país: antes da produção industrial, da tecnologia e da capacidade de competir economicamente, haveria uma cultura de estudo que organiza expectativas familiares e projetos juvenis.

A força retórica da frase, entretanto, não dispensa análise crítica. Uma gravação curta seleciona situações, enquadramentos e personagens; não demonstra, por si, como funciona um sistema educacional, nem permite concluir que toda a população chinesa, especialmente os grupos mais pobres, estuda da mesma forma ou dispõe das mesmas oportunidades. As imagens podem ser autênticas e, ainda assim, representar comportamentos excepcionais. Também podem condensar uma narrativa social verdadeira em sentido amplo — a elevada importância dos exames e das credenciais — sem fornecer evidência suficiente sobre suas causas, distribuição e consequências. Por isso, o vídeo é tratado neste estudo como objeto motivador e representação discursiva, e não como prova estatística.

O tema suscitado pelo material é relevante: em que medida a educação amplia a liberdade, o empoderamento e a ascensão social? A formulação segundo a qual liberdade é a capacidade de fazer escolhas aproxima-se da abordagem das capacidades de Amartya Sen, para quem a liberdade depende das oportunidades reais de ser e fazer aquilo que a pessoa valoriza, e não apenas da existência abstrata de alternativas (SEN, 1999). O conhecimento pode revelar opções antes invisíveis, permitir a avaliação de riscos e consequências, aumentar a autonomia no trabalho e ampliar a participação pública. A educação, nessa perspectiva, não é somente um instrumento para obter renda; integra a própria constituição da agência humana.

Ao mesmo tempo, a relação entre educação e mobilidade não é automática. As escolas podem ampliar oportunidades, mas também podem reproduzir vantagens familiares, valorizar

códigos culturais dominantes e transformar desigualdades econômicas em diferenças aparentemente meritocráticas de desempenho (BOURDIEU; PASSERON, 1990). O esforço individual importa, porém ocorre dentro de instituições, territórios, famílias e mercados de trabalho desiguais. Um estudante rural, um filho de migrantes sem registro local, uma jovem submetida a expectativas familiares assimétricas ou um aluno de escola com poucos professores não enfrentam a mesma competição que estudantes urbanos com acesso a escolas seletivas e tutoria privada.

A China oferece um caso especialmente fecundo para esse debate. O país universalizou a escolarização obrigatória de nove anos, expandiu rapidamente o ensino superior, atribuiu centralidade ao exame nacional de ingresso universitário e investiu na educação profissional como parte de sua estratégia de desenvolvimento. Em 2024, o sistema educacional chinês reunia centenas de milhões de estudantes e quase dezenove milhões de professores, dimensão que torna qualquer generalização particularmente arriscada (CHINA, 2025). Ao lado da massificação, a literatura registra desigualdades persistentes entre áreas urbanas e rurais, regiões, grupos de renda, tipos de instituição e posições no sistema de registro domiciliar.

O objetivo geral do artigo é analisar como a educação pode promover liberdade substantiva, empoderamento e mobilidade social, examinando as possibilidades e os limites revelados pelo caso chinês. Especificamente, busca-se: a) discutir os conceitos de liberdade, agência, capital humano e formação integral; b) compreender a importância social do estudo, do exame nacional e da formação profissional na China; c) identificar desigualdades que condicionam os resultados educacionais; e d) interpretar criticamente as imagens do vídeo, evitando tanto a idealização quanto a desqualificação do esforço dos estudantes.

Metodologicamente, trata-se de pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental. O corpus reúne obras sobre capacidades, pedagogia crítica, capital humano e reprodução social; artigos revisados por pares sobre educação e estratificação na China; livros de pesquisadores chineses e sinólogos; além de leis e documentos oficiais chineses sobre educação obrigatória, modernização educacional, educação profissional e redução da sobrecarga escolar. A abordagem é analítico-interpretativa: não se pretende medir causalmente o impacto da escolarização, mas integrar evidências para responder a uma questão teórica e socialmente relevante.

Figura 1. Capturas de tela do vídeo que motivou a reflexão sobre educação, disciplina e mobilidade social



Fonte: material fornecido pelo autor, 2026. As imagens são analisadas como representação discursiva, não como comprovação estatística do sistema educacional chinês.

EDUCAÇÃO, LIBERDADE E EMPODERAMENTO

Liberdade como Capacidade Real de Escolher

Definir liberdade como capacidade de fazer opções exige distinguir escolha formal de escolha efetiva. Uma pessoa pode ser juridicamente livre para frequentar a universidade, mudar de profissão ou participar da vida pública e, ainda assim, não possuir escolaridade, renda, tempo, saúde, informação ou apoio institucional para concretizar essas possibilidades. A abordagem das capacidades desloca a análise dos recursos disponíveis para as liberdades substantivas que as pessoas conseguem exercer. A educação é importante porque influencia simultaneamente várias capacidades: comunicação, raciocínio, participação, compreensão de direitos, imaginação de futuros e acesso a ocupações (Sen, 1999; Nussbaum, 2011).

Nessa concepção, o conhecimento amplia o campo das alternativas percebidas. Quem domina leitura, escrita, raciocínio matemático, tecnologias digitais e conhecimentos científicos consegue interpretar contratos, comparar informações, reconhecer manipulações, planejar trajetórias formativas e compreender os efeitos de decisões econômicas e políticas. A liberdade não se resume ao ato final de escolher; inclui a possibilidade de identificar opções, avaliar consequências e revisar preferências. A frase do autor segundo a qual “o conhecimento te dá opções ou permite que ao menos as identifique” encontra, assim, fundamento teórico consistente.

A educação também possui valor intrínseco. Ainda que não aumentasse a renda, aprender poderia ampliar a compreensão do mundo, a expressão de sentimentos, a fruição cultural e a participação comunitária. Sen (1999) critica avaliações do desenvolvimento limitadas à produção econômica justamente porque pessoas instruídas podem desfrutar vidas mais autônomas e participar mais intensamente de decisões que as afetam. Nussbaum (2011) acrescenta que a educação favorece capacidades como razão prática, afiliação, imaginação e controle sobre o próprio ambiente. Essas dimensões impedem que o conceito de empoderamento seja reduzido ao sucesso salarial.

Crescimento Intelectual, Formação Profissional e Agência

O crescimento intelectual pode ser compreendido como desenvolvimento de repertórios, linguagens, procedimentos de investigação e critérios de julgamento. Ele ocorre pela educação escolar, mas também pelo trabalho, pela cultura, pelas relações sociais e pela aprendizagem ao longo da vida. Quando articulado à formação profissional, esse crescimento permite converter saberes em capacidade de intervenção técnica e produtiva. A formação de qualidade amplia a autonomia do trabalhador porque reduz a dependência de tarefas estritamente rotineiras e favorece adaptação, diagnóstico de problemas, comunicação e atualização tecnológica.

A teoria do capital humano destacou que educação e treinamento aumentam conhecimentos e habilidades associados à produtividade e aos rendimentos (Schultz, 1961; Becker, 1993). Essa perspectiva ajuda a explicar por que famílias e governos investem na escolarização e por que credenciais educacionais influenciam a mobilidade ocupacional. Contudo, uma leitura exclusivamente econômica é insuficiente. O valor da educação não pode ser medido apenas pelo salário individual, pois a escolarização também produz externalidades sociais, fortalece a saúde, a participação, a inovação e a capacidade coletiva de organizar instituições.

Além disso, nem todo retorno educacional resulta apenas da aprendizagem. Diplomas também funcionam como sinais de seleção e como mecanismos de acesso a redes, estágios e posições protegidas. Grupos socialmente favorecidos podem obter mais benefícios de uma mesma credencial porque possuem contatos, recursos financeiros, domínio de línguas e familiaridade com códigos institucionais. A análise de Bourdieu e Passeron (1990) mostra que a

escola pode legitimar desigualdades quando trata como mérito individual competências cuja aquisição foi favorecida pela família e pelo meio social.

A formação profissional, portanto, deve combinar competência técnica, cultura geral, pensamento crítico, ética, comunicação e aprendizagem contínua. Uma capacitação estreita, dirigida apenas a uma função transitória, pode aumentar a vulnerabilidade diante da automação e das mudanças produtivas. Uma boa formação profissional não é o oposto da formação humanística: ambas se complementam quando preparam a pessoa para trabalhar, compreender o trabalho, reivindicar condições dignas e participar da transformação tecnológica e social.

Educação, Ideologia e Pensamento Crítico

A oposição entre educação e ideologia, presente na ideia de que a educação oferece caminhos “melhores que as ideologias”, precisa ser reformulada. Nenhum sistema educacional é completamente neutro: currículos selecionam conhecimentos, narrativas históricas, valores cívicos e modelos de cidadão. Freire (1987) insistiu que a educação pode domesticar ou libertar, conforme trate estudantes como receptores passivos ou sujeitos capazes de interpretar e transformar a realidade. A questão central não é eliminar valores da educação, mas criar condições para análise, diálogo, argumentação e revisão crítica.

A própria experiência chinesa demonstra essa imbricação. As leis educacionais associam desenvolvimento científico, formação profissional, valores coletivos e objetivos nacionais. Isso não invalida os resultados de expansão escolar, mas impede descrever a educação chinesa como uma esfera puramente técnica, situada fora de disputas políticas e culturais. Do mesmo modo, sistemas ocidentais também transmitem concepções de cidadania, mercado, nação e mérito. Uma educação verdadeiramente libertadora deve permitir que os estudantes conheçam diferentes interpretações, examinem evidências e resistam tanto à propaganda estatal quanto à desinformação comercial ou digital.

O empoderamento intelectual, nessa perspectiva, não significa adesão a uma corrente política específica. Significa possuir instrumentos para não depender integralmente de autoridades, influenciadores ou grupos de interesse na formação de julgamentos. A autonomia exige alfabetização científica, midiática, histórica e jurídica. Exige também humildade epistêmica: reconhecer limites do próprio conhecimento, distinguir evidência de opinião e admitir revisão de posições diante de argumentos melhores.

Quadro 1. Eixos analíticos da relação entre educação e liberdade

Eixo	Potencial da educação	Condição ou limite
Capacidades	Amplia informação, raciocínio, expressão e percepção de alternativas.	Acesso e aprendizagem precisam ser reais, não apenas formais.
Mobilidade social	Favorece credenciais, renda, migração e acesso a ocupações qualificadas.	Mercado de trabalho, território, origem familiar e redes condicionam retornos.
Formação profissional	Converte conhecimentos em competências técnicas e autonomia produtiva.	Não deve ser rota inferior nem treinamento estreito para tarefas precárias.
Pensamento crítico	Permite avaliar evidências, discursos, direitos e projetos coletivos.	A educação pode também reproduzir hierarquias ou transmitir dogmas.

Fonte: elaboração própria, com base em Sen (1999), Nussbaum (2011), Freire (1987), Schultz (1961), Becker (1993) e Bourdieu e Passeron (1990).

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NO CASO CHINÊS

Expansão Escolar e Centralidade Estratégica da Educação

A educação chinesa contemporânea foi construída por sucessivas campanhas de alfabetização, expansão da educação básica, reorganização do ensino superior e ampliação da formação técnica. A Lei da Educação Obrigatória estabelece nove anos de escolarização e atribui ao Estado a responsabilidade de garantir sua oferta sem cobrança de mensalidades e taxas escolares básicas (China, 2006). O objetivo de universalização foi acompanhado por mecanismos de financiamento, consolidação de escolas e políticas voltadas a reduzir abandono, embora a qualidade e a distribuição territorial dos recursos permaneçam desiguais.

A escala alcançada é extraordinária. O boletim estatístico de 2024 registrou aproximadamente 287 milhões de estudantes, 18,85 milhões de professores em tempo integral e mais de 470 mil instituições educacionais. A taxa bruta de matrícula no ensino superior superou 60%, resultado de uma expansão iniciada de forma acelerada ao final da década de 1990 (China, 2025). Esses números indicam massificação e aumento das oportunidades médias, mas não demonstram, isoladamente, igualdade de acesso às melhores escolas e universidades.

O documento “China Education Modernization 2035” associa educação, inovação, qualidade da força de trabalho, modernização tecnológica e desenvolvimento nacional (China, 2019a). A formulação ajuda a compreender a frase do vídeo: fábricas competitivas, cadeias tecnológicas e

capacidade de inovação dependem de trabalhadores, técnicos, engenheiros, professores e pesquisadores formados ao longo de décadas. Nesse sentido, escolas e sistemas de formação constituem infraestrutura produtiva, tanto quanto transportes, energia, crédito e pesquisa.

Entretanto, atribuir o desenvolvimento chinês exclusivamente à escola produziria uma explicação monocausal. A industrialização do país também envolveu reforma econômica, investimento público, urbanização, integração comercial, infraestrutura, política industrial, transferência tecnológica e ampla mobilização do trabalho. A educação é uma condição decisiva porque permite absorver e produzir conhecimentos, mas atua em interação com instituições econômicas e políticas. O “segredo” não é um fator isolado, e sim a capacidade de coordenar formação humana e transformação produtiva.

Gaokao, Esforço e Promessa Meritocrática

O gaokao, exame nacional de ingresso no ensino superior, ocupa posição central no imaginário educacional chinês. Restaurado em 1977 após as interrupções da Revolução Cultural, tornou-se um dos principais mecanismos de seleção universitária. Para milhões de famílias, o exame representa a possibilidade de transformar desempenho acadêmico em acesso a instituições prestigiadas, empregos urbanos e mobilidade. A preparação intensa mostrada em vídeos e reportagens deve ser entendida nesse contexto institucional, e não como traço natural ou homogêneo de uma suposta “cultura chinesa”.

Um exame padronizado pode cumprir função igualadora ao substituir decisões puramente discricionárias, herança familiar ou compra direta de vagas por critérios públicos de desempenho. Liu (2016) observa, contudo, que a linguagem meritocrática tende a ocultar a distribuição desigual das condições de preparação. Howlett (2021), a partir de pesquisa etnográfica, descreve o exame como experiência simultaneamente carregada de esperança, ansiedade e sacrifício. O estudante é encorajado a acreditar que o resultado traduz seu valor e esforço, ainda que a competição seja moldada por escolas, províncias e recursos familiares muito diferentes.

As oportunidades também variam conforme quotas provinciais, qualidade do ensino médio e localização das universidades. Estudantes urbanos e de famílias com maior escolaridade têm mais acesso a escolas seletivas, professores experientes, materiais, ambientes silenciosos e informação sobre carreiras. A prova é comum, mas as trajetórias que conduzem até ela não são.

Por isso, o gaokao pode ser mais imparcial que formas informais de admissão e, ao mesmo tempo, reproduzir desigualdades acumuladas antes do dia do exame.

A valorização do estudo possui ainda uma dimensão familiar. Fong (2004) mostrou como, no contexto da política do filho único, expectativas e recursos familiares frequentemente se concentravam em uma criança, aumentando investimento e pressão por desempenho. Kipnis (2011) descreveu o “desejo educacional” como processo social no qual sucesso escolar se liga a respeito familiar, cidadania, desenvolvimento nacional e futuro econômico. O esforço visto nas imagens pode, portanto, expressar agência e esperança, mas também medo de fracassar em uma competição com poucas rotas percebidas como seguras.

Educação Profissional e Capacidade Produtiva

A formação profissional é um componente indispensável da relação entre educação e desenvolvimento. A China estruturou redes de escolas secundárias profissionais, institutos técnicos e faculdades vocacionais destinadas a formar trabalhadores para indústria, serviços, logística, tecnologia e cuidados. O Plano Nacional de Reforma da Educação Profissional de 2019 e a revisão da Lei da Educação Profissional, em 2022, afirmam que a educação profissional possui importância equivalente à educação geral e deve articular ensino, empresas, certificação de competências e necessidades de desenvolvimento (China, 2019b; China, 2022).

A equivalência jurídica, entretanto, não elimina hierarquias simbólicas. Em muitos sistemas, a rota acadêmica é associada a prestígio, enquanto a formação técnica recebe estudantes com menor desempenho nos exames. Quando isso ocorre, a educação profissional deixa de ser escolha positiva e passa a funcionar como mecanismo de triagem social. Para que seja empoderadora, precisa oferecer laboratórios, professores qualificados, continuidade de estudos, reconhecimento de créditos, segurança no trabalho e acesso a ocupações com salários e trajetórias dignas.

A boa formação profissional mencionada pelo autor deve ser entendida em sentido amplo. Um técnico em eletrônica, automação ou informática precisa dominar fundamentos científicos, interpretação de esquemas, normas de segurança, diagnóstico, documentação e comunicação. Também precisa compreender mudanças tecnológicas, impactos ambientais, direitos laborais e limites éticos do uso de dados e máquinas. A educação profissional liberta quando aumenta a

capacidade de decidir, criar e negociar; não quando apenas ajusta o indivíduo a uma tarefa repetitiva e substituível.

A experiência chinesa evidencia o papel coletivo dessa formação. O aumento do estoque de competências facilita adoção de tecnologias, elevação da qualidade industrial e desenvolvimento de fornecedores. Li *et al.* (2017) argumentam que a continuidade do crescimento chinês depende de elevar a qualidade do capital humano, sobretudo entre grupos rurais e populações que não alcançam universidades de elite. Assim, a política educacional não pode concentrar atenção apenas nos melhores alunos e nas instituições mais prestigiadas; precisa garantir aprendizagem sólida e competências relevantes para a maioria.

EDUCAÇÃO COMO CAMINHO DE ASCENSÃO SOCIAL: EVIDÊNCIAS E LIMITES

Expansão Educacional e Mobilidade

A escolarização pode gerar mobilidade por diferentes mecanismos. Primeiro, aumenta conhecimentos e competências valorizados no mercado. Segundo, fornece credenciais usadas na seleção de trabalhadores. Terceiro, permite migrar para cidades ou setores com maior produtividade. Quarto, amplia redes e informação sobre oportunidades. Na China, a expansão do ensino superior iniciada em 1999 elevou rapidamente o número de vagas e alterou as expectativas de famílias antes excluídas da universidade. Estudos recentes indicam que a expansão aumentou a frequência universitária e o acesso ao ensino médio em áreas rurais, além de favorecer a migração de membros escolarizados para centros urbanos (Shen; Zhou, 2024).

Esses efeitos confirmam a intuição de que a educação pode romper ciclos intergeracionais de pobreza. Um jovem de família rural que ingressa em uma universidade ou obtém qualificação técnica passa a disputar ocupações antes inacessíveis. Seus rendimentos podem apoiar a família, financiar a educação de irmãos e filhos e ampliar a circulação de informações na comunidade. A mudança não é apenas econômica: a experiência educacional pode alterar autoconfiança, linguagem, redes e expectativas.

Todavia, a mobilidade individual pode coexistir com desigualdade coletiva. Quando os jovens mais escolarizados deixam áreas rurais, famílias podem melhorar de renda enquanto comunidades perdem parte de sua população qualificada. A expansão de diplomas também pode produzir inflação de credenciais: empregos antes acessíveis com ensino médio passam a exigir

graduação, sem transformação proporcional das tarefas ou salários. Nesse cenário, a educação continua valiosa, mas o diploma deixa de garantir ascensão e passa a funcionar como condição mínima de competição.

Desigualdades Urbano-Rurais, Territoriais e de Registro Domiciliar

A principal limitação à narrativa de que “os pobres estudam freneticamente porque a educação é o único caminho” é que os grupos pobres frequentemente enfrentam mais obstáculos para estudar. Hannum (1999) demonstrou historicamente a persistência da distância urbano-rural na educação básica. Hannum e Wang (2006) mostraram que geografia, desenvolvimento local e disponibilidade de recursos influenciam a escolarização. Yang, Huang e Liu (2014) sintetizaram desigualdades por região, renda e residência, ressaltando que a expansão média não elimina disparidades na qualidade.

O sistema de registro domiciliar, conhecido como hukou, vinculou por décadas o acesso a serviços sociais ao local e à categoria de registro. Wu e Treiman (2004) demonstraram que essa instituição contribuiu para a estratificação social entre populações urbanas e rurais. Famílias migrantes que trabalham nas cidades podem encontrar dificuldades para matricular filhos em escolas públicas locais ou para realizar exames em condições equivalentes, o que leva parte das crianças a permanecer com avós nas áreas de origem. Reformas reduziram algumas barreiras, mas o princípio territorial ainda influencia oportunidades.

As desigualdades também aparecem no acesso ao ensino superior de elite. Li *et al.* (2015) verificaram forte sub-representação de estudantes pobres e rurais nas universidades mais seletivas. O problema não começa na admissão universitária. Crianças de regiões pobres podem frequentar escolas menores, ter rotatividade de professores, menos disciplinas avançadas, maiores distâncias de deslocamento e menor acesso a orientação acadêmica. A competição final sintetiza anos de condições desiguais.

A concentração de recursos em cidades e escolas-chave produz efeitos cumulativos. Bons resultados atraem professores e famílias, valorizam imóveis e ampliam a capacidade de obter recursos, enquanto escolas periféricas podem perder estudantes e prestígio. Políticas de equilíbrio financeiro e envio de professores ajudam, mas precisam ser acompanhadas por infraestrutura, moradia docente, conectividade, transporte e apoio pedagógico. A liberdade educacional de uma criança depende de condições territoriais que ela não escolheu.

Família, Tutoria Privada e Reprodução de Vantagens

A competição educacional incentiva famílias a investir em aulas adicionais, materiais, escolas residenciais e atividades extracurriculares. Esse investimento pode ser racional do ponto de vista individual, porque pequenas diferenças de pontuação alteram oportunidades. No plano coletivo, porém, cria uma corrida em que famílias gastam cada vez mais para evitar que seus filhos fiquem para trás. A “educação-sombra”, formada por tutorias privadas que acompanham o currículo escolar, tende a beneficiar quem possui maior renda e tempo para organizar a rotina dos filhos (Bray; Lykins, 2012).

O capital econômico converte-se em vantagem educacional por vias diretas e indiretas. Famílias com mais recursos compram preparação e tecnologia, mas também escolhem bairros, acessam informação sobre instituições, conhecem pessoas com experiência universitária e transmitem modos de linguagem e comportamento valorizados. Dessa forma, a escola pode reconhecer como talento aquilo que também resulta de oportunidades acumuladas. A crítica não desvaloriza o esforço dos alunos favorecidos; apenas impede que seu desempenho seja interpretado como produto exclusivo de mérito pessoal.

Em 2021, o governo chinês adotou a política conhecida como “dupla redução”, destinada a diminuir a carga de deveres escolares e a pressão de cursos extracurriculares na educação obrigatória (China, 2021). A medida reconheceu que a competição excessiva produzia sobrecarga e despesas familiares. Sua implementação mostra a dificuldade de regular um mercado alimentado por expectativas de mobilidade: ao restringir empresas formais de tutoria, parte da demanda pode migrar para serviços informais e mais caros, acessíveis justamente às famílias de maior renda.

Uma política de equidade não pode limitar-se a proibir tutoria. Precisa elevar a qualidade da escola regular, garantir tempo integral com atividades diversificadas, apoiar estudantes com dificuldades, informar famílias e reformar critérios de seleção que transformam diferenças mínimas de prova em destinos muito distintos. Quanto mais estreito for o caminho considerado legítimo para o sucesso, maior será a pressão por investir em vantagens competitivas.

Gênero, Interseccionalidade e Empoderamento

A afirmação de que o empoderamento deve alcançar qualquer ser humano, independentemente de gênero, é fundamental. A ampliação da escolarização feminina na China contribuiu para reduzir diferenças históricas, elevar participação profissional e ampliar autonomia familiar. Meta-análise de Zeng *et al.* (2014) identificou melhoria significativa, mas também mostrou que desigualdades de gênero variam por período, região e nível educacional. A média nacional pode ocultar desvantagens enfrentadas por meninas rurais, grupos étnicos minoritários ou famílias de baixa renda.

Gênero interage com distância, segurança, expectativas domésticas e retorno esperado da educação. Quando uma escola rural é fechada e os estudantes precisam percorrer longas distâncias ou viver em internatos, famílias podem reagir de modo diferente em relação a meninas e meninos. A desigualdade não resulta de uma única barreira, mas da combinação entre pobreza, território, normas familiares e desenho das políticas. A defesa da educação como emancipação precisa, portanto, incluir transporte seguro, combate à discriminação, permanência escolar e igualdade de oportunidades profissionais.

O empoderamento feminino não deve ser apresentado como competição contra o empoderamento masculino. A educação amplia a agência de todos quando permite relações mais igualitárias, divisão responsável do trabalho doméstico, exercício de direitos e rejeição da violência. Meninos e homens também se beneficiam de uma formação que questiona padrões rígidos de masculinidade, valoriza cuidado e amplia escolhas profissionais. A independência de gênero significa que nenhum grupo deve ter suas possibilidades intelectuais ou ocupacionais limitadas por expectativas sociais.

Pressão, Bem-Estar e os Limites do Esforço Individual

As imagens de estudo em qualquer lugar podem inspirar persistência, mas também podem normalizar exaustão, privação de descanso e comportamentos inseguros. Estudar sobre uma motocicleta em movimento, por exemplo, não deve ser transformado em modelo pedagógico. O aprendizado depende de sono, saúde, atenção, relações de apoio e ambientes adequados. A disciplina é uma virtude quando organiza um projeto escolhido; torna-se opressiva quando o estudante acredita que qualquer pausa representa fracasso moral.

Howlett (2021) descreve a ansiedade produzida pelo gaokao e pela percepção de que um exame pode decidir grande parte do futuro. Fong (2004) mostrou como expectativas familiares concentradas podem intensificar a pressão. A linguagem da meritocracia agrava esse processo quando atribui integralmente ao indivíduo tanto o sucesso quanto o fracasso. Quem não alcança uma vaga prestigiosa pode interpretar o resultado como deficiência pessoal, desconsiderando desigualdades de origem e a própria limitação de vagas.

O conceito chinês contemporâneo de “involução” educacional é frequentemente usado para descrever competições em que todos investem mais tempo e recursos sem obter ganhos proporcionais. A política de dupla redução responde, em parte, a esse problema. A educação libertadora não é a que mantém o estudante permanentemente ocupado, mas a que produz aprendizagem profunda, curiosidade, capacidade de colaboração e saúde para sustentar uma vida longa de estudo e trabalho.

A defesa do esforço precisa ser acompanhada por uma ética institucional. Professores podem estimular dedicação sem humilhar; famílias podem apoiar sem transformar afeto em recompensa condicionada às notas; escolas podem avaliar sem reduzir identidades a rankings. O mérito individual existe, mas só pode ser julgado com prudência quando pontos de partida, recursos e riscos são desiguais.

Quadro 2. Síntese das evidências sobre educação e mobilidade no caso chinês

Dimensão	Evidência favorável	Advertência analítica
Massificação	Ampliação da educação obrigatória e do ensino superior aumentou oportunidades médias.	Quantidade de matrículas não garante qualidade equivalente nem acesso às instituições de elite.
Exame nacional	Critério público e padronizado pode reduzir arbitrariedade na seleção.	Preparação, quotas e escolas de origem permanecem desiguais.
Formação profissional	Apoia industrialização, inovação e inserção técnica.	Pode ser estigmatizada ou usada como triagem para grupos vulneráveis.
Mobilidade rural	Escolarização facilita migração, renda e novas ocupações.	Hukou, distância, qualidade escolar e saída de jovens qualificados limitam efeitos coletivos.
Empoderamento	Conhecimento amplia agência, direitos e capacidade de escolha.	Pressão extrema, credencialismo e desigualdade podem restringir a liberdade que a educação deveria ampliar.

Fonte: elaboração própria a partir da literatura analisada.

O VÍDEO TRADUZIDO EM PALAVRAS: UMA LEITURA CRÍTICA DAS IMAGENS

As três imagens articulam uma narrativa visual de urgência. Na primeira, uma estudante escreve durante um deslocamento em motocicleta; na segunda, um estudante ocupa o piso de um vagão para continuar lendo e anotando; na terceira, uma jovem estuda sentada em um pequeno banco, com folhas apoiadas sobre o colo. O espaço normalmente destinado à passagem, ao transporte ou à espera é convertido em sala de estudo. A mensagem implícita é que aprender não depende de condições ideais e que cada intervalo pode ser usado para construir o futuro.

A legenda “O segredo da China não está nas fábricas. Está nas escolas” liga disciplina individual a potência nacional. Em palavras, o vídeo afirma que desenvolvimento econômico é resultado de uma sociedade que valoriza conhecimento antes de valorizar produção; que fábricas eficientes são consequência de pessoas formadas; e que estudantes pobres veem na educação uma passagem possível entre origem social e futuro profissional. Essa tradução corresponde ao sentido emocional das imagens e à experiência de muitas famílias, mas precisa ser apresentada como interpretação, não como descrição completa da população chinesa.

O enquadramento também produz silêncio. Não mostra a escola frequentada, a renda da família, a qualidade do ensino, a duração da jornada, o destino acadêmico nem as condições de segurança. Não informa se as cenas foram espontâneas, encenadas ou selecionadas entre milhares de situações. Tampouco mostra estudantes que trabalham, abandonam a escola, adoecem sob pressão ou não conseguem transformar diploma em emprego. A função científica da análise é recuperar aquilo que o vídeo torna visível e aquilo que deixa fora do quadro.

Há ainda cuidados éticos. As imagens incluem pessoas identificáveis, possivelmente menores de idade, e derivam de conteúdo de rede social cuja autoria e licença não foram comprovadas no material disponível. Sua inserção neste rascunho tem finalidade analítica e deve ser revista antes de publicação ou divulgação pública. Recomenda-se confirmar a fonte original, obter autorização quando exigida e avaliar anonimização. O fato de uma imagem estar disponível na internet não elimina direitos de autoria, imagem e privacidade.

A leitura mais produtiva, portanto, não é copiar literalmente o slogan, mas convertê-lo em uma hipótese: sociedades ampliam suas possibilidades de desenvolvimento quando oferecem educação de qualidade, valorizam o conhecimento e criam pontes entre aprendizagem e trabalho. A hipótese torna-se falsa quando é transformada em moralismo — “quem se esforça sempre vence” — ou em justificativa para negar desigualdades. A disciplina dos estudantes merece

respeito; as instituições devem assegurar que ela não seja desperdiçada por barreiras sociais evitáveis.

DISCUSSÃO: EDUCAÇÃO NECESSÁRIA, MAS NÃO SUFICIENTE

A literatura examinada confirma o núcleo da intuição apresentada pelo autor: educação e formação profissional podem empoderar pessoas porque ampliam competências, informação, autoconfiança e acesso a posições sociais. O conhecimento torna algumas escolhas possíveis e outras mais conscientes. Permite compreender alternativas ocupacionais, dialogar com especialistas, utilizar tecnologias e reivindicar direitos. Em sociedades complexas, a ausência de formação restringe severamente a autonomia, mesmo quando a lei proclama liberdade formal.

O caso chinês demonstra a força de uma estratégia que trata a educação como infraestrutura nacional. A universalização da escolarização básica, a expansão universitária, a centralidade dos exames e o investimento em formação técnica contribuíram para produzir uma força de trabalho capaz de sustentar industrialização e inovação. A crença das famílias na educação não é irracional: credenciais e competências efetivamente alteraram trajetórias de milhões de pessoas. Reduzir esse processo a propaganda ou obediência seria tão inadequado quanto idealizá-lo.

A mesma experiência revela, entretanto, que a educação não opera em vácuo social. Hukou, região, renda, gênero, escola de origem, tutoria privada e redes familiares afetam oportunidades. O exame pode ser transparente e ainda selecionar desigualdades previamente acumuladas. A universidade pode aumentar renda e ainda reproduzir hierarquias entre instituições. A formação profissional pode abrir caminhos e ainda ser desvalorizada. A frase “a educação é o único caminho” expressa esperança, mas pode ocultar a responsabilidade pública de criar múltiplos caminhos e condições justas.

Uma concepção robusta de liberdade exige combinar educação com direitos sociais e oportunidades econômicas. Não basta ensinar a escolher se opções dignas não existem. A qualificação precisa encontrar empregos, crédito, mobilidade, proteção contra discriminação e possibilidade de aprendizagem contínua. Sen (1999) chama atenção para a interdependência entre liberdades: educação, saúde, participação e segurança econômica reforçam-se mutuamente. A política educacional deve ser articulada à política de trabalho, desenvolvimento regional, ciência e proteção social.

Para o professor, a principal consequência é pedagógica. Estimular o crescimento intelectual não significa apenas exigir horas de estudo. Significa ensinar a estudar com método, formular problemas, verificar fontes, relacionar teoria e prática, trabalhar em equipe e reconhecer limites. Em cursos técnicos, isso implica integrar fundamentos e aplicação. Em qualquer área, implica mostrar que o conhecimento é patrimônio pessoal que ninguém retira facilmente, mas cuja construção exige ambientes, tempo e relações de apoio.

A independência de gênero reforça essa proposta. Toda pessoa deve poder desenvolver capacidades sem que expectativas sobre masculinidade, feminilidade, origem social ou lugar de nascimento definam previamente seus limites. Educação empoderadora não cria apenas indivíduos competitivos; cria sujeitos capazes de cooperar, cuidar, inovar e participar. Seu sucesso não pode ser medido somente por rankings, salários ou produção, mas também pela expansão das vidas que as pessoas têm razões para valorizar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou traduzir em linguagem acadêmica a mensagem de um vídeo que associa o esforço de estudantes chineses à educação como caminho de liberdade e ascensão social. A análise mostrou que essa mensagem possui fundamento: educação e formação profissional ampliam capacidades cognitivas, informacionais e produtivas; ajudam pessoas a reconhecer opções; favorecem mobilidade ocupacional; e fornecem bases para desenvolvimento tecnológico e econômico. Nesse sentido, o conhecimento constitui uma riqueza pessoal e coletiva que aumenta a autonomia.

A formulação precisa, contudo, ser completada. A educação não garante liberdade quando é inacessível, desigual, autoritária ou desconectada de oportunidades reais. Também não elimina, por si, pobreza, discriminação, desigualdade territorial ou precariedade do trabalho. O caso chinês combina expansão impressionante com diferenças persistentes entre regiões, áreas urbanas e rurais, famílias e instituições. O gaokao oferece um critério público de seleção, mas não iguala a preparação; a formação profissional é estratégica, mas precisa de prestígio, qualidade e continuidade.

A conclusão central é que educação é condição necessária, embora não suficiente, para a liberdade substantiva. Ela é libertadora quando amplia agência, pensamento crítico e possibilidades de vida, e quando se articula a políticas que removem barreiras econômicas e

institucionais. Esforço, disciplina e responsabilidade pessoal são importantes, mas não substituem escolas de qualidade, professores valorizados, apoio às famílias, saúde, segurança e trabalho digno.

As imagens do vídeo devem ser utilizadas com cautela. Elas comunicam dedicação e esperança, mas não representam toda a China nem demonstram causalidade. Antes de eventual publicação, a origem, a licença e a proteção da imagem das pessoas retratadas devem ser verificadas. Como limitação, o estudo é bibliográfico e documental e não inclui entrevistas ou observação de campo. Pesquisas futuras podem comparar trajetórias de estudantes brasileiros e chineses, investigar percepções de liberdade em cursos técnicos e analisar como diferentes políticas de acesso alteram a mobilidade intergeracional.

A mensagem que pode ser preservada, sem idealização, é a seguinte: o crescimento intelectual e uma boa formação profissional aumentam o poder de uma pessoa sobre sua própria trajetória. A tarefa de uma sociedade democrática e comprometida com a equidade é garantir que esse poder não seja privilégio de quem já possui recursos, mas possibilidade concreta para todos.

REFERÊNCIAS

BECKER, Gary S. **Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. 3. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1993. Disponível em: <https://press.uchicago.edu/ucp/books/book/chicago/H/bo3684031.html>. Acesso em: 13 jul. 2026.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Reproduction in education, society and culture**. 2. ed. London: Sage, 1990. Disponível em: <https://uk.sagepub.com/en-gb/eur/reproduction-in-education-society-and-culture/book203918>. Acesso em: 13 jul. 2026.

BRAY, Mark; LYKINS, Chad. **Shadow education: private supplementary tutoring and its implications for policy makers in Asia**. Mandaluyong City: Asian Development Bank, 2012. Disponível em: <https://www.adb.org/publications/shadow-education-private-supplementary-tutoring-and-its-implications-policy-makers-asia>. Acesso em: 13 jul. 2026.

CHINA. 中华人民共和国义务教育法 [**Lei da Educação Obrigatória da República Popular da China**]. Beijing, 2006. Disponível em: https://www.gov.cn/flfg/2006-06/30/content_323302.htm. Acesso em: 13 jul. 2026.

CHINA. 中共中央、国务院印发《中国教育现代化2035》 [**Modernização da Educação da China 2035**]. Beijing, 2019a. Disponível em: https://www.gov.cn/zhengce/2019-02/23/content_5367987.htm. Acesso em: 13 jul. 2026.

CHINA. 国务院关于印发国家职业教育改革实施方案的通知 [**Plano Nacional de Implementação da Reforma da Educação Profissional**]. Beijing, 2019b. Disponível em:

https://www.gov.cn/zhengce/content/2019-02/13/content_5365341.htm. Acesso em: 13 jul. 2026.

CHINA. 中共中央办公厅、国务院办公厅印发《关于进一步减轻义务教育阶段学生作业负担和校外培训负担的意见》 [**Opiniões sobre a redução da carga de tarefas escolares e de tutoria extracurricular**]. Beijing, 2021. Disponível em: https://www.gov.cn/zhengce/2021-07/24/content_5627132.htm. Acesso em: 13 jul. 2026.

CHINA. 中华人民共和国职业教育法 [**Lei da Educação Profissional da República Popular da China**]. Beijing, 2022. Disponível em: https://www.gov.cn/xinwen/2022-04/21/content_5686375.htm. Acesso em: 13 jul. 2026.

CHINA. Ministry of Education. **2024年全国教育事业发展统计公报** [**Boletim estatístico nacional do desenvolvimento da educação em 2024**]. Beijing: Ministry of Education, 2025. Disponível em: <https://www.moe.gov.cn/>. Acesso em: 13 jul. 2026.

FONG, Vanessa L. **Only hope: coming of age under China's one-child policy**. Stanford: Stanford University Press, 2004. Disponível em: <https://www.sup.org/books/anthropology/only-hope>. Acesso em: 13 jul. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HANNUM, Emily. Political change and the urban-rural gap in basic education in China, 1949-1990. **Comparative Education Review**, v. 43, n. 2, p. 193-211, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/447554>. Acesso em: 13 jul. 2026.

HANNUM, Emily; WANG, Meiyan. Geography and educational inequality in China. **China Economic Review**, v. 17, n. 3, p. 253-265, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.chieco.2006.04.003>. Acesso em: 13 jul. 2026.

HOWLETT, Zachary M. **Meritocracy and its discontents: anxiety and the national college entrance exam in China**. Ithaca: Cornell University Press, 2021. Disponível em: <https://www.cornellpress.cornell.edu/book/9781501754432/meritocracy-and-its-discontents/>. Acesso em: 13 jul. 2026.

INSTAGRAM. **O segredo da China não está nas fábricas: está nas escolas**. [Reel]. Perfil e autoria original não confirmados no material fornecido, 2026. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/DZAM_TjOfOz/. Acesso em: 13 jul. 2026.

KIPNIS, Andrew B. **Governing educational desire: culture, politics, and schooling in China**. Chicago: University of Chicago Press, 2011. Disponível em: <https://press.uchicago.edu/ucp/books/book/chicago/G/bo10464725.html>. Acesso em: 13 jul. 2026.

LI, Hongbin; LOYALKA, Prashant; ROZELLE, Scott; WU, Binzhen. Human capital and China's future growth. **Journal of Economic Perspectives**, v. 31, n. 1, p. 25-48, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1257/jep.31.1.25>. Acesso em: 13 jul. 2026.

LI, Hongbin; LOYALKA, Prashant; ROZELLE, Scott; WU, Binzhen; XIE, Jieyu. Unequal access to college in China: how far have poor, rural students been left behind? **The China Quarterly**, n. 221, p. 185-207, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0305741015000314>. Acesso em: 13 jul. 2026.

LIU, Ye. **Higher education, meritocracy and inequality in China**. Singapore: Springer, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-981-10-1588-5>. Acesso em: 13 jul. 2026.

NUSSBAUM, Martha C. **Creating capabilities: the human development approach**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011. Disponível em: <https://www.hup.harvard.edu/books/9780674072350>. Acesso em: 13 jul. 2026.

SCHULTZ, Theodore W. Investment in human capital. **The American Economic Review**, v. 51, n. 1, p. 1-17, 1961. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1818907>. Acesso em: 13 jul. 2026.

SEN, Amartya. **Development as freedom**. New York: Alfred A. Knopf, 1999. Disponível em: <https://global.oup.com/academic/product/development-as-freedom-9780192893307>. Acesso em: 13 jul. 2026.

SHEN, Ande; ZHOU, Jiwei. Education opportunities for rural areas: evidence from China’s higher education expansion. **arXiv**, 2024. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2408.12915>. Acesso em: 13 jul. 2026.

UNESCO. **Global education monitoring report 2020: inclusion and education – all means all**. Paris: UNESCO, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373718>. Acesso em: 13 jul. 2026.

WORLD BANK. **World development report 2018: learning to realize education’s promise**. Washington, DC: World Bank, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1596/978-1-4648-1096-1>. Acesso em: 13 jul. 2026.

WU, Xiaogang. Economic transition, school expansion and educational inequality in China, 1990-2000. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 28, n. 1, p. 91-108, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.rssm.2009.12.003>. Acesso em: 13 jul. 2026.

WU, Xiaogang; TREIMAN, Donald J. The household registration system and social stratification in China: 1955-1996. **Demography**, v. 41, n. 2, p. 363-384, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/dem.2004.0010>. Acesso em: 13 jul. 2026.

YANG, Jun; HUANG, Xiao; LIU, Xin. An analysis of education inequality in China. **International Journal of Educational Development**, v. 37, p. 2-10, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijedudev.2014.03.002>. Acesso em: 13 jul. 2026.

ZENG, Junxia; PANG, Xiaopeng; ZHANG, Linxiu; MEDINA, Alexis; ROZELLE, Scott. Gender inequality in education in China: a meta-regression analysis. **Contemporary Economic Policy**, v. 32, n. 2, p. 474-491, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/coep.12006>. Acesso em: 13 jul. 2026.

ZHANG, Dandan; LI, Xin; XUE, Jinjun. Education inequality between rural and urban areas of the People's Republic of China, migrants' children education, and some implications. **Asian Development Review**, v. 32, n. 1, p. 196-224, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1162/ADEV_a_00042. Acesso em: 13 jul. 2026.